

Destaques da sessão plenária de 16 a 19 de dezembro de 2024, Estrasburgo

María Corina Machado e Edmundo González Urrutia recebem Prémio Sakharov 2024

A presidente Roberta Metsola atribuirá o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento 2024 a María Corina Machado e Edmundo González Urrutia, da Venezuela, na terça-feira, ao meio-dia.

3

Utilização dos fundos da UE para reconstrução após desastres naturais

O Parlamento Europeu deverá aprovar a utilização de fundos da União Europeia para financiar as ações de recuperação necessárias após catástrofes naturais, como os fogos em Portugal.

5

Eurodeputados debatem prioridades para Conselho Europeu de dezembro

O Parlamento vai apresentar as suas expectativas aos líderes europeus, quarta-feira, antes de estes se reunirem para discutir temas como a situação na Ucrânia, no Médio Oriente e a migração.

7

Eleição do próximo Provedor de Justiça Europeu

O Parlamento elegerá o Provedor de Justiça Europeu, encontrando-se a candidata Teresa Anjinho entre os seis que concorrem ao cargo.

8

Parlamento Europeu debate consequências do fim do regime de Bashar al-Assad

Os membros do Parlamento Europeu avaliam, terça-feira, os últimos acontecimentos na Síria, as suas implicações geopolíticas e a situação humanitária na região.

10

Parlamento debate protestos na Geórgia

Num debate com a alta representante da política externa da UE, Kaja Kallas, terça-feira, os deputados farão o balanço dos protestos que abalam a Geórgia, na sequência das recentes eleições.

12

Parlamento vai chamar a atenção para a desinformação russa sobre a Ucrânia

A manipulação da história pela Rússia e a utilização de narrativas falsas para justificar a guerra na Ucrânia serão tema de um debate no Parlamento, terça-feira

13

Lei da desflorestação: Parlamento deverá adotar adiamento de um ano

A legislação europeia relativa à desflorestação quer garantir que os produtos vendidos na UE não contribuem para o desflorestamento de terras em qualquer parte do mundo. 14

Desinformação em linha: Parlamento avalia riscos para a integridade das eleições

A desinformação e as informações falsas que circulam nas redes sociais, bem como os perigos que representam para as eleições livres e justas na Europa, serão tema de debate na terça-feira 16

Outros temas em debate e votação

Outros temas em debate e votação 18

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/agenda/briefing/2024-12-16>

Destaques da sessão plenária de 16 a 19 de dezembro de 2024, Estrasburgo

Para saber mais

[Agenda da sessão plenária](#)

[Pode assistir em directo à sessão plenária através do EP Live](#)

[Conferências de imprensa e outros eventos](#)

[Material multimédia](#)

[Guia de imprensa do Parlamento Europeu](#)

Contactos

Raquel Ramalho LOPES

Assessora de imprensa portuguesa

☎ (+32) 2 28 34906 (BXL)

📱 (+32) 477 99 14 95

✉ raquel.lobes@europarl.europa.eu

✉ imprensa-PT@europarl.europa.eu

María Corina Machado e Edmundo González Urrutia recebem Prémio Sakharov 2024

A presidente Roberta Metsola atribuirá o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento 2024 a María Corina Machado e Edmundo González Urrutia, da Venezuela, na terça-feira, ao meio-dia.

Edmundo González Urrutia, reconhecido pelo Parlamento Europeu como o presidente legítimo e democraticamente eleito da Venezuela, deixou o país em setembro de 2024, após ter sido emitido um mandado de detenção contra si. González Urrutia assistirá pessoalmente à cerimónia de entrega do Prémio Sakharov. Ana Corina Sosa, filha e representante de María Corina Machado, líder da «Plataforma Democrática Unitária» da Venezuela, também estará em Estrasburgo.

[Mais informações sobre os laureados deste ano.](#)

Após a cerimónia, terá lugar uma conferência de imprensa com a Presidente Roberta Metsola e os laureados, pelas 12h30 (em Estrasburgo), na sala de conferências de imprensa Daphne Caruana Galizia do Parlamento.

Os laureados com o Prémio Sakharov 2024, bem como os outros finalistas e os seus representantes, participarão num seminário híbrido destinado aos meios de comunicação social, terça-feira, 17 de dezembro, entre as 9h00 e as 11h15 (em Estrasburgo). Para mais informações, contactar media-seminars@europarl.europa.eu

Os membros da Comissão dos Assuntos Externos, da Subcomissão do Desenvolvimento e da Subcomissão dos Direitos do Homem vão debater com os laureados venezuelanos na segunda-feira, 16 de dezembro, das 19h00 às 20h30 (em Estrasburgo).

[Mais informações sobre os finalistas do Prémio Sakharov 2024.](#)

A cerimónia de entrega do Prémio e a conferência de imprensa serão transmitidas no [Centro Multimédia do Parlamento](#) e no [EbS+](#).

Contexto

Nomeado em [homenagem ao físico e dissidente político soviético Andrei Sakharov](#), o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento é a mais importante distinção da União Europeia no que respeita aos direitos humanos.

O Prémio é atribuído anualmente pelo Parlamento desde 1988 a cidadãos ou organizações, em reconhecimento do seu trabalho num dos seguintes domínios: defesa dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, em especial a liberdade de expressão; salvaguarda dos direitos das minorias; respeito pelo direito internacional; desenvolvimento da democracia e a defesa do Estado de direito.

Procedimento: Cerimónia de entrega de prémios

Cerimónia: Terça-feira, 17 de dezembro, 12h

Conferência de imprensa: Terça-feira, 17 de dezembro, pelas 12h30 (hora local), com a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, Edmundo González Urrutia, e Ana Corina Sosa, filha e representante de María Corina Machado.

Para saber mais

[Comunicado de imprensa - María Corina Machado e Edmundo González Urrutia galardoados com o Prémio Sakharov 2024 \(24/10/2024\)](#)

[Presidente do PE: María Corina Machado e Presidente eleito Edmundo González Urrutia, em representação de todos os venezuelanos que lutam pelo restabelecimento da liberdade e da democracia, são os vencedores do Prémio Sakharov 2024 \(24/10/2024\)](#)

[Serviço de Estudos do Parlamento Europeu: Laureados do Prémio Sakharov 2024: María Corina Machado e Edmundo González Urrutia, lutando pela democracia na Venezuela \(03/12/2024\)](#)

[Centro Multimédia do Parlamento Europeu – Prémio Sakharov 2024](#)

[Comissão dos Assuntos Externos](#)

[Subcomissão dos Direitos do Homem](#)

[Comissão do Desenvolvimento](#)

Utilização dos fundos da UE para reconstrução após desastres naturais

O Parlamento Europeu deverá aprovar a utilização de fundos da União Europeia para financiar as ações de recuperação necessárias após catástrofes naturais, como os fogos em Portugal.

Em resposta ao efeito devastados que as recentes inundações e incêndios florestais na Europa Central, Oriental e Meridional tiveram nas populações, foram preparadas alterações à política de coesão da UE e à legislação para os fundos agrícolas. O objetivo é permitir o financiamento rápido de medidas de recuperação, na sequência de catástrofes naturais ocorridas após 1 de janeiro de 2024. Para esse efeito, estão agendadas duas votações separadas para terça-feira.

A chamada proposta «RESTORE» permitiria aos países da UE canalizar o [Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional](#) (FEDER) de forma mais flexível para a recuperação em casos de catástrofe. Deste modo, poderia financiar integralmente projetos de restauro sem necessidade de contribuições dos Estados-Membros. Com o intuito de proporcionar liquidez rápida às pessoas necessitadas, será igualmente disponibilizado um pré-financiamento adicional até 30 % do montante total. A proposta permitiria uma utilização mais flexível das verbas do [Fundo Social Europeu Mais](#) (FSE+) para financiar regimes de curta duração, apoiar acesso aos cuidados de saúde e satisfazer necessidades básicas. As alterações propostas deverão mobilizar 3 mil milhões de euros de financiamento em 2025, através da antecipação dos pagamentos para o período 2025-2027.

Ao abrigo da proposta de assistência do [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) (FEADER) aos países afetados por catástrofes naturais, os Estados-Membros poderão despende fundos não utilizados dos programas de desenvolvimento rural para compensar as perdas no setor agrícola e florestal e recuperar a agricultura durante a recuperação de catástrofes naturais. Estas intervenções seriam cobertas a 100 % pelos fundos da UE.

Para acelerar a adoção das medidas, o Parlamento concordou em tratar os dossiês [RESTORE](#) e [FEADER](#) enquanto [processo de urgência](#).

Debate: Segunda-feira, 16 de dezembro (RESTORE)

Votações: Terça-feira, 17 de dezembro

Procedimento: Processo legislativo ordinário, primeira leitura

Conferência de imprensa: Terça-feira, 17 dezembro, às 13h30, com os correlatores Younous Omarjee (Grupo da Esquerda, França) and Andrzej Bula (PPE, Polónia)

Para saber mais

[Ficha do processo - Apoio Regional de Emergência à Reconstrução - RESTORE](#)

[Ficha do processo - FEADER](#)

[Perfil do correlator RESTORE \(EMPL\): Andrzej BUŁA \(PPE, Polónia\)](#)

[Perfil do correlator RESTORE \(REGI\): Younous OMARJEE \(Grupo da Esquerda, França\)](#)

Eurodeputados debatem prioridades para Conselho Europeu de dezembro

O Parlamento vai apresentar as suas expectativas aos líderes europeus, quarta-feira, antes de estes se reunirem para discutir temas como a situação na Ucrânia, no Médio Oriente e a migração.

Na cimeira de 19 de dezembro, os chefes de Estado ou de Governo da UE analisarão os últimos acontecimentos na guerra da Ucrânia e o apoio da UE a Kiev, num contexto de incerteza quanto à abordagem do conflito por parte da nova administração dos EUA.

O Conselho Europeu avaliará igualmente a situação no Médio Oriente, na sequência do recente cessar-fogo entre o Hezbollah e Israel no Líbano, enquanto persiste a crise humanitária em Gaza e dezenas de reféns israelitas continuam detidos pelo Hamas. A posição geopolítica da UE, a prevenção e resposta a crises e a gestão da migração são outros temas na agenda do próximo Conselho Europeu.

Esta será a primeira [reunião presidida por António Costa](#), que em 1 de dezembro substituiu Charles Michel como presidente do Conselho Europeu. A nova Comissão Europeia, liderada por Ursula von der Leyen, também tomou posse em 1 de dezembro, depois de ter sido confirmada [na sessão plenária de 27 de novembro](#).

Após o debate sobre o Conselho Europeu, o plenário discutirá as suas expectativas para a Cimeira UE-Balcãs Ocidentais, que decorrerá em Bruxelas no mesmo dia, quarta-feira, 18 de dezembro.

Debates: Quarta-feira, 18 de dezembro

Procedimento: Declarações do Conselho e da Comissão sem resolução; Declaração do Parlamento (Cimeira dos Balcãs Ocidentais)

Para saber mais

[Comunicado de imprensa: Parlamento defende mais apoio militar à Ucrânia perante participação da China e da Coreia do Norte \(28/11/2024\)](#)

[Centro Multimédia do Parlamento Europeu: Vídeos, fotos e áudios gratuitos](#)

Eleição do próximo Provedor de Justiça Europeu

O Parlamento elegerá o Provedor de Justiça Europeu, encontrando-se a candidata Teresa Anjinho entre os seis que concorrem ao cargo.

A votação por escrutínio secreto terá lugar na terça-feira. Conforme definido no [artigo 237.º do Regimento do Parlamento](#), para ser eleito, um candidato deve obter a maioria dos votos expressos pelos eurodeputados. Se nenhum candidato for eleito após as duas primeiras voltas, os dois candidatos que obtiverem o maior número de votos concorrerão a uma terceira e última volta. Em caso de empate, é nomeado o candidato mais idoso.

Os [candidatos, listados alfabeticamente](#), são:

- Teresa Anjinho (Portugal)
- Emilio De Capitani (Itália)
- Marino Fardelli (Itália)
- Julia Laffranque (Estónia)
- Claudia Mahler (Áustria)
- Reinier van Zutphen (Países Baixos)

O Provedor de Justiça Europeu é um organismo independente e imparcial, encarregado de responsabilizar as instituições e agências da UE e de promover a boa administração. O Provedor de Justiça realiza inquéritos sobre casos de má administração, na sequência de queixas apresentadas por cidadãos ou por sua própria iniciativa.

Durante uma [audição pública organizada pela Comissão das Petições em 3 de dezembro de 2024](#), os eurodeputados questionaram os candidatos sobre as suas prioridades se fossem eleitos. O novo Provedor de Justiça Europeu assumirá funções após uma cerimónia de juramento, em 27 de fevereiro de 2025, no Tribunal de Justiça da UE, por um mandato de cinco anos.

Relatório de 2023 sobre as atividades do Provedor de Justiça Europeu

Durante a mesma sessão, na segunda-feira, os eurodeputados vão analisar o relatório anual de avaliação do trabalho da Provedora de Justiça cessante da UE, Emily O'Reilly. Este documento será votado na terça-feira. Emily O'Reilly tomou posse pela primeira vez em julho de 2013 e foi reeleita para um segundo mandato em dezembro de 2019.

Procedimento: Eleição do Provedor de Justiça

Votação: Terça-feira, 17 de dezembro

Código do processo: [2024/2056\(INI\)](#)

Procedimento: relatório não legislativo

Debate: Segunda-feira, 16 de dezembro

Votação: Terça-feira, 17 de dezembro

Para saber mais

[Página dedicada à eleição do Provedor de Justiça Europeu](#)

[Serviço de Estudos do Parlamento Europeu: Eleição do Provedor de Justiça Europeu](#)

[Eleição do Provedor de Justiça - Regimento do Parlamento Europeu](#)

[Relatório anual do Provedor de Justiça relativo a 2023](#)

[Comunicado de imprensa sobre a votação em comissão \(14/11/2024\)](#)

[Ficha do processo](#)

[Serviço de Estudos do Parlamento Europeu: Provedor de Justiça Europeu - Relatório anual relativo a 2023](#)

Parlamento Europeu debate consequências do fim do regime de Bashar al-Assad

Os membros do Parlamento Europeu avaliam, terça-feira, os últimos acontecimentos na Síria, as suas implicações geopolíticas e a situação humanitária na região.

Numa [declaração emitida domingo passado](#), os presidentes da Comissão dos Assuntos Externos e da Delegação para as Relações com os Países do Oriente Médio e a relatora especial do Parlamento Europeu para a Síria saudaram «o fim da ditadura brutal» no país. Apelaram a uma transição pacífica que satisfaça as «aspirações democráticas dos sírios e garanta a proteção de todos».

A nova chefe da política externa da UE, [Kaja Kallas](#), afirmou que a [integridade territorial da Síria deve ser preservada](#), com respeito pela sua soberania e instituições estatais e rejeitando todas as formas de extremismo.

Numa das próximas sessões plenárias, será apresentada para votação uma resolução sobre o assunto.

Contexto

O presidente sírio deposto, Bashar al-Assad, fugiu para Moscovo depois de no fim de semana de 7-8 de dezembro os rebeldes sírios terem capturado Damasco, pondo termo a décadas de reinado brutal da dinastia Assad.

Antes de os combatentes armados lançarem uma ofensiva surpresa em novembro de 2024, o território da Síria estava dividido entre as forças do regime (apoiadas pela Rússia e pelo Irão) e as facções rebeldes (algumas apoiadas pela Turquia e pelos EUA). Após uma guerra civil de 13 anos, a oposição armada da Síria afirmou que tenciona formar um governo com base em instituições funcionais e num «conselho escolhido pelo povo». Embora os analistas alertem para uma transição extremamente difícil devido à «coligação diversificada» de combatentes armados, o fim da guerra poderá permitir que milhões de refugiados dispersos pelos campos na Turquia, Líbano e Jordânia regressem a casa.

Debate: Terça-feira, 17 de dezembro

Votação: sessão plenária futura

Procedimento: Declaração da Comissão, com resolução

Para saber mais

[Comissão dos Assuntos Externos](#)

[Centro Multimédia do Parlamento Europeu: Vídeos, fotografias e material áudio - Situação na Síria](#)

Parlamento debate protestos na Geórgia

Num debate com a alta representante da política externa da UE, Kaja Kallas, terça-feira, os deputados farão o balanço dos protestos que abalam a Geórgia, na sequência das recentes eleições.

As atuais manifestações foram desencadeadas pela decisão do Governo da Geórgia de suspender o processo de adesão do país à UE, após a realização de eleições legislativas, cujos resultados foram contestados em outubro de 2024. Na sequência da última votação, o partido no poder - Sonho Georgiano - reivindicou a vitória, apesar de a oposição georgiana e observadores internacionais, [incluindo eurodeputados](#), alertarem para graves irregularidades.

Os protestos em curso, que foram alvo de repressão pela polícia georgiana, levaram a apelos à repetição das eleições e a que o Governo georgiano revertesse o aprofundamento da influência russa e retomasse o seu caminho rumo à adesão à UE.

Considerando os receios de que as eleições não tenham sido livres e justas e em resposta aos últimos acontecimentos, o [Parlamento Europeu pediu a repetição da votação sob supervisão internacional](#), numa resolução adotada durante a sessão plenária de novembro de 2024.

À intervenção em sessão plenária de Kaja Kallas seguir-se-á uma ronda de declarações dos representantes dos grupos políticos.

Debate: Terça-feira, 17 de dezembro

Procedimento: Declaração da alta representante para a Política Externa e Segurança da UE, sem resolução

Para saber mais

[Página do Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros da Alemanha: "Declaração conjunta dos ministros da UE sobre as eleições na Geórgia" \(28/10/2024\)](#)

[Comunicado de imprensa: "Eleições na Geórgia suscitam novas preocupações quanto ao retrocesso democrático" \(27/10/2024\)](#)

[Página do Serviço Europeu para a Ação Externa: "Geórgia: Declaração conjunta do alto representante Josep Borrell e da Comissão Europeia sobre as eleições legislativas" \(27/10/2024\)](#)

Parlamento vai chamar a atenção para a desinformação russa sobre a Ucrânia

A manipulação da história pela Rússia e a utilização de narrativas falsas para justificar a guerra na Ucrânia serão tema de um debate no Parlamento, terça-feira

O debate entre os eurodeputados e a alta representante da Política Externa e da Segurança da União Europeia deverá centrar-se nas narrativas históricas russas de desinformação que pretendem desacreditar e comprometer o apoio internacional à Ucrânia, bem como a prejudicar a independência e a soberania ucranianas.

Uma resolução será levada a votação na sessão plenária de janeiro de 2025.

[Acompanhe o debate ao vivo \(17/12/2024\)](#)

Debate: Terça-feira, 17 de dezembro

Votação: 20-23 de janeiro

Procedimento: Declaração da alta representante da Política Externa da UE, com resolução

Lei da desflorestação: Parlamento deverá adotar adiamento de um ano

A legislação europeia relativa à desflorestação quer garantir que os produtos vendidos na UE não contribuem para o desflorestamento de terras em qualquer parte do mundo.

O [acordo político provisório entre o Parlamento e o Conselho](#) adiará por um ano a aplicação do [regulamento da UE relativo à desflorestação](#). Inicialmente, as empresas deveriam aplicar o acordo a partir de 30 de dezembro de 2024. A votação em plenário será na terça-feira.

Os grandes operadores e comerciantes terão de respeitar as obrigações do presente regulamento a partir de 30 de dezembro de 2025, e as micro e pequenas empresas a partir de 30 de junho de 2026.

O ano adicional destina-se a ajudar as empresas em todo o mundo a implementar as regras de forma mais suave desde o início, sem comprometer os objetivos da lei.

Contexto

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) [estima que 420 milhões de hectares de floresta](#) — uma área superior à da UE — foram destruídos devido à desflorestação entre 1990 e 2020. [O consumo da UE representa cerca de 10 % da desflorestação mundial](#), mais de [dois terços provêm da produção de óleo de palma e de soja](#).

O regulamento desflorestação visa combater as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, prevenindo a destruição de florestas por causa do consumo na UE de produtos como o gado bovino, o cacau, o café, o óleo de palma, a soja, a madeira, a borracha, o carvão vegetal e o papel impresso.

Votação: Terça-feira, 17 de dezembro

Código do processo: [2024/0249\(COD\)](#)

Procedimento: Processo legislativo ordinário

Para saber mais

[Ficha do processo](#)

[Proposta de regulamento que altera o Regulamento \(UE\) 2023/1115 no respeitante às disposições relativas à data de aplicação](#)

[Briefing do Parlamento Europeu: Rumo a produtos de base e produtos derivados não associados à desflorestação na UE](#)

[Ficha informativa da Comissão Europeia: Biodiversidade - Produtos não associados à desflorestação no mercado da UE](#)

Desinformação em linha: Parlamento avalia riscos para a integridade das eleições

A desinformação e as informações falsas que circulam nas redes sociais, bem como os perigos que representam para as eleições livres e justas na Europa, serão tema de debate na terça-feira

Este debate decorre após a decisão do [Tribunal Constitucional da Roménia de anular a primeira volta das eleições presidenciais](#) no país, na sequência de relatos de possível ingerência estrangeira. Surge também na sequência de uma «[ordem de retenção](#)» da Comissão ao Tik Tok para preservar documentos sobre os seus sistemas de recomendação e conteúdos políticos pagos relacionados com eleições nos países da UE entre 24 de novembro de 2024 e 31 de março de 2025.

Os eurodeputados devem questionar a Comissão sobre o [controlo das grandes plataformas em linha](#), como TikTok e X, ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais. Deverão instar a Comissão a tomar medidas rápidas caso considerem que as plataformas de redes sociais violaram as regras da UE e não atenuaram adequadamente os riscos relacionados com a manipulação da informação, os sistemas de recomendação, a transparência da publicidade e o acesso aos dados.

Contexto

As campanhas de desinformação em grande escala constituem uma ameaça crescente para as instituições democráticas, em especial as campanhas que visam [processos eleitorais](#). Face às novas tecnologias e canais utilizados para propagar a desinformação mais rapidamente do que nunca, a UE está a tomar medidas para [reforçar a resiliência democrática](#) e a [responsabilização das plataformas em linha](#), entre outras medidas.

Debate: Terça-feira, 17 de dezembro

Procedimento: Declaração da Comissão, sem resolução

Para saber mais

[Eurodeputados questionam TikTok sobre o cumprimento do Regulamento dos Serviços Digitais \(03/12/2024\)](#)

[Serviço de Estudos do Parlamento Europeu: Integridade da informação em linha e a proteção da democracia europeia](#)

[Página do Parlamento Europeu sobre desinformação](#)

[Página da Comissão Europeia sobre desinformação](#)

[Comissão publica orientações no âmbito do Regulamento dos Serviços Digitais para a atenuação dos riscos sistémicos em linha para as eleições \(26/03/2024\)](#)

Outros temas em debate e votação

Outros temas em debate e votação

Lei europeia sobre a inovação: reduzir o custo da inovação na Europa. Declaração da Comissão, *segunda-feira*

Posição da UE para Comissão das Nações Unidas sobre a Condição das Mulheres:

Os eurodeputados debatem as prioridades da UE para a 69.ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher, que decorrerá em Nova Iorque, entre 10 e 21 de março de 2025. A agenda centrar-se-á na análise dos progressos atuais na aplicação da [Declaração e da Plataforma de Ação de Pequim](#). A [Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto das Mulheres](#) é um organismo mundial dedicado à promoção da igualdade de género e à capacitação das mulheres.

Após o debate na sessão plenária, será votado o [relatório elaborado pela Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros](#), que salienta a necessidade de uma liderança forte da UE na promoção da igualdade de oportunidades para as mulheres em todos os domínios da vida. Apela igualmente à aplicação da Declaração e da Plataforma de Ação de Pequim sobre a igualdade de género e salienta a necessidade de se manter firme contra qualquer enfraquecimento das proteções existentes em matéria de igualdade de género.

Debate na segunda-feira, 16 de dezembro e votação na terça-feira, 17 de dezembro

Utilização da violação como arma de guerra, em especial na República Democrática do Congo e no Sudão. Declaração da vice-presidente da Comissão/alta representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Kaja Kallas, na *terça-feira, 17 de dezembro*

Situação das mulheres políticas nos países candidatos à adesão à UE e nos países vizinhos que enfrentam assédio e ciberviolência. Declaração da Comissão, *terça-feira*

Rumo a uma visão partilhada para o turismo europeu, o seu crescimento sustentável e a marca Europa. Declaração da Comissão, *terça-feira*

Parlamento debate negociação coletiva e subcontratação abusiva:

Os eurodeputados e a Comissão debaterão formas de promover o diálogo social e a negociação coletiva, bem como estratégias para combater a subcontratação abusiva. Os deputados ao Parlamento Europeu analisarão igualmente o problema da subcontratação abusiva, que está relacionado com a [Diretiva relativa ao dever de diligência](#), adotada em abril de 2024. A lei visa promover um comportamento empresarial sustentável e responsável nas operações empresariais e em toda a cadeia de valor global de uma empresa. *Declaração da Comissão e debate na quarta-feira, 18 de dezembro*

Restaurar a vantagem competitiva da UE – a necessidade de uma avaliação de impacto sobre as políticas do Pacto Ecológico. Debate temático, *quarta-feira*

Necessidade de assegurar uma ação rápida e a transparência sobre as alegações de corrupção no setor público para proteger a integridade democrática. Declaração da Comissão, *quarta-feira*

Parlamento debate alegações de corrupção na UE:

Os eurodeputados debaterão com a Comissão a necessidade de tomar medidas rápidas e garantir a transparência das alegações de corrupção no setor público, a fim de proteger a integridade democrática.

Durante o debate, os eurodeputados deverão mencionar os mais recentes casos de corrupção de alto nível em toda a UE, salientando a necessidade de manter a confiança dos cidadãos na democracia. As negociações interinstitucionais sobre a [diretiva relativa à luta contra a corrupção](#), a necessidade de [criar o novo organismo independente de ética](#) o mais rápida e eficientemente possível e as [lições retiradas das medidas do Parlamento para aumentar a transparência, a integridade e a responsabilização](#) na tomada de decisões também deverão ser mencionados.

De acordo com os [últimos dados do Eurobarómetro](#), os europeus continuam céticos quanto aos esforços dos governos nacionais para combater a corrupção: 65 % dos cidadãos consideram que os casos de corrupção de alto nível não são suficientemente investigados e apenas 30 % consideram que os esforços do governo para combater a corrupção são eficazes.

Declaração da Comissão, quarta-feira

Necessidade urgente de uma ação da UE para preservar a natureza e proteger a biodiversidade, a fim de evitar a extinção de espécies. Declaração da Comissão, *quarta-feira*

Desafios dos agricultores e trabalhadores agrícolas da UE: melhorar as condições de trabalho, incluindo o bem-estar mental.

Declaração da Comissão, *debate quarta-feira*.

Parlamento aprova novo chefe da luta contra o branqueamento de capitais:

Os eurodeputados vão votar a aprovação do presidente da Autoridade da UE para o Combate ao Branqueamento de Capitais (AMLA), recentemente criada para combater o fluxo de dinheiro sujo na Europa.

A nova Autoridade da UE para o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, sediada em Frankfurt, está incumbida de coordenar as ações das unidades nacionais de informação financeira e de supervisionar diretamente determinadas entidades financeiras de risco presentes em vários Estados-Membros.

Antes da votação em sessão plenária, as Comissões dos Assuntos Económicos e das Liberdades Cívicas votarão a nomeação na segunda-feira à noite. Uma vez aprovado pelo Parlamento, o candidato necessita do apoio de uma maioria qualificada no Conselho para ser nomeado. *Votação em plenário na quarta-feira*.

Atualização da estratégia da UE para os direitos das pessoas com deficiência:

Entre 2 e 6 de dezembro de 2024, o Parlamento realizou a sua segunda Semana dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que incluiu seminários, audições e outros eventos centrados na promoção de uma vida independente e do emprego, nas questões relacionadas com as mulheres e com o género na acessibilidade.

Em dezembro de 2022, o Parlamento aprovou uma resolução em que insta os países da UE a melhorarem a inclusão das pessoas com deficiência na vida pública. Abordou igualmente questões como a luta contra a discriminação, a participação na vida pública, o emprego inclusivo e a igualdade de reconhecimento perante a lei. Os eurodeputados solicitaram igualmente à Comissão que acompanhasse a aplicação da atual estratégia, lançada em 2021. A inclusão das pessoas com deficiência está consagrada no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que constitui o impulso orientador para uma Europa social forte.

Debate com a Comissão, quinta-feira, 19 de dezembro

Direito à água potável na UE. Declaração da Comissão, *debate na quinta-feira*.

Planos da Comissão para incluir a revisão das propostas pendentes em matéria de bem-estar dos animais no seu plano de trabalho para 2025. Declaração da Comissão, *quinta-feira*